



Relatório Completo

Desafios da Inclusão Digital

Realizado em 15/07/2015

Salvador, BA

Relatores da Trilha: Raquel Sobral e Matheus de Mendonça Sampaio

Relatório revisado por: Monica Maia Ribeiro e Ricardo Matheus

Data: 17/10/2015

Versão: 2.0

1. INTRODUÇÃO

A Trilha 1 – **Desafios da Inclusão Digital** do V Fórum da Internet no Brasil e Pré IGF Brasileiro 2015 foi realizada no dia 15 de julho de 2015 no Fiesta Convention Center em Salvador (BA).

Foi coordenada pelo Conselheiro do CGI.br, **Percival Henriques** e teve como painelistas representando a Academia, **Maria Helena Bonilla** (Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologia da Universidade Federal da Bahia - UFBA), o Setor Empresarial por **Bruno Magrani** (Facebook), o Setor Governo representado por **Jefferson D'Avila de Oliveira** (Secretário de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações - Minc) e o Terceiro Setor por **Karina Menezes** (Raul Hacker Club).

A abertura dos trabalhos iniciou-se com um discurso do coordenador da trilha, que explicou os procedimentos adotados, no qual, cada painalista convidado disponha de vinte minutos para suas exposições iniciais. Após as apresentações, a plenária foi aberta aos participantes, que dispunham de três a cinco minutos para fazerem suas considerações.

Assim, o presente relatório divide-se nas partes:

1. Temas discutidos;
2. Exposição dos(as) painelistas;
3. Intervenções e debates dos(as) participantes;
4. Debates dos grupos de aprofundamento; e,
5. Anexos.

2. TEMAS DISCUTIDOS

2.1. Tema 1: Políticas Públicas de Acesso à Rede

- Necessidade de políticas públicas de inclusão digital de Estado e não de governo.
- O programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC).
- Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).
- Plano Banda Larga nas Escolas (PBLE).
- Programa Banda Larga para todos.
- Investimento em *software* livre.
- Investimento em *software* de acessibilidade.

2.1.1. Consensos

- Garantir a qualidade na conexão à rede.
- Ampliar o acesso no ambiente escolar.
- Ampliar as ações existentes e criar programas governamentais convergentes, à despeito da descontinuidade política.
- Estabelecer diálogo com os espaços de cultura digital (espaços *hackers*, centros comunitários, pontos de mídias livres).

2.1.2 Dissensos

- Papel governamental na produção/aquisição de
- *Softwares* de acessibilidade.
- Percepção do GESAC enquanto instrumento para a ampliação da conexão.

2.1.3 Pontos a Aprofundar

- Esclarecimentos sobre o Programa Banda Larga para Todos.
- O papel das *lan houses* como espaço de apropriação tecnológica.

2.2. Tema 2: Inclusão Digital e transformação social

- Apropriação da tecnologia pelas cidadãs e pelos cidadãos.
- Desigualdades de conexão.
- Espaços de inclusão digital.
- Diversidade e acessibilidade.

2.2.1. Consensos

- Garantir a conectividade é insuficiente, é preciso capacitar a população para a apropriação da tecnologia.
- Fortalecer as cidadãs e os cidadãos como produtoras(es) de conteúdo e não somente como consumidoras(es).
- A desigualdade de conexão está atrelada às desigualdades sociais e regionais.
- É necessário garantir políticas específicas para áreas rurais e remotas.

2.2.2 Dissensos

- Não foram explicitados.

2.2.3 Pontos a Aprofundar

- Políticas específicas de inclusão das variáveis de classe, gênero, idade e etnia no acesso à rede.
- Qualificação do ensino público voltado para a cultura digital.
- Inclusão digital como direito humano.
- Reflexões sobre as diferentes concepções de inclusão digital.

2.3. Tema 3: Iniciativas do Facebook para inclusão digital (Internet.org)

- Internet.org como uma iniciativa de inclusão digital do mercado *versus* política pública de inclusão digital.
- Internet.org e o Princípio de Neutralidade da Rede.
- Segurança dos dados e privacidade.

2.3.1. Consensos

- O Internet.org é uma iniciativa empresarial, portanto, não pode ser compreendido como uma política pública nacional.

2.3.2 Dissensos

- O aplicativo do Internet.org fere o Princípio da Neutralidade da Rede, uma vez que interfere no gerenciamento de dados.
- O aplicativo do Internet.org ameaça a privacidade e segurança de dados das usuárias e usuários.

2.3.3 Pontos a Aprofundar

- Compreensão do *Zero Rating* como instrumento ou barreira à inclusão digital.

2.4. Outros temas apresentados no debate da Trilha

- Democratização dos meios de comunicação.
- Garantia do direito à comunicação como instrumento de inclusão social.
- Inclusão de lógica de programação no ensino básico da educação.

3. EXPOSIÇÕES DOS(AS) PAINELISTAS

A Trilha 1 **Desafios da Inclusão Digital** – teve a apresentação de quatro painelistas que representavam quatro setores diferentes.

A representante do Setor Acadêmico, **Maria Helena Bonilla** disse acreditar que não há clareza sobre o conceito de inclusão digital, o que impacta num descompasso entre as ações adotadas e o uso do termo, porém, há um potencial discursivo da expressão em vista do seu poder comunicativo. Destaca que os avanços no campo do acesso às tecnologias são conquistas derivadas de movimentações sociais e políticas. Defende a necessidade de oferecer oportunidade de acesso à rede e à sociedade como um todo, com velocidade adequada, considerando as especificidades territoriais. Reivindica a garantia de conexão como recurso para o aprendizado dos alunos para além do ambiente escolar. Para Maria Helena, é necessário formar educadores(as) e cidadãos(ãos) sobre cultura digital e seus efeitos na sociedade, conscientizando-as(os) sobre os interesses que permeiam a produção tecnológica.

A representante do Terceiro Setor, **Karina Menezes**, disse acreditar que o acesso à Internet deve estimular espaços de convivência e colaboração, assegurando o direito à comunicação e contribuir para a proteção dos grupos vulneráveis. Para ela, é necessário criar políticas públicas convergentes que fortaleçam as instituições responsáveis pelo desenvolvimento humano integral, alterando o atual cenário de descontinuidade de programas e ações governamentais, evitando a exclusão social e marginalização da juventude, que afastam as(os) jovens dos espaços de cultura digital em um contexto de precarização das agências formadoras. Karina defendeu que há necessidade de ampliar e fortalecer os espaços comunitários, a exemplo dos espaços hackers. Afirmou que as tecnologias móveis devem ser incluídas como recurso pedagógico nas escolas. Reivindicou o investimento em *software livre* e em redes livres. Os canais de diálogo com a população devem ser ampliados na elaboração de políticas públicas. Acredita que o Governo deve usar os editais para o desenvolvimento de políticas para deficiência.

O representante do setor empresarial, **Bruno Magrani**, disse acreditar que o desafio da inclusão digital deve ser enfrentado por diversos setores da sociedade. O Facebook identificou que as principais barreiras de conectividade são: ausência de infraestrutura, custos elevados e falta de percepção das pessoas acerca dos benefícios da conectividade. Por isso, o Internet.org é uma das iniciativas de inclusão digital do Facebook que busca resolver problemas específicos da conectividade e ampliar o ecossistema da Internet. Os eixos de atuação do Internet.org correspondem ao investimento em infraestrutura, desenvolvimento de tecnologias de menor custo em áreas remotas (por exemplo: VANT – veículo aéreo não tripulado), desenvolvimento de projetos-piloto em rede fixa local, além do desenvolvimento de um aplicativo com um conjunto de serviços que é oferecido gratuitamente para a usuária e o usuário final. Magrani afirmou que o aplicativo desenvolvido não fere o Princípio da Neutralidade da Rede.

O representante do governo, **Jefferson D’Avila de Oliveira**, disse que a estruturação do Sistema Nacional de Inclusão Digital é central no desenho da nova Política de Inclusão

Digital do Governo Federal. A estratégia do Governo incorpora a recuperação e o fortalecimento das ações realizadas anteriormente e recursos já empregados nesse setor, a exemplo dos Telecentros. Acredita que para isso é necessário identificar os pontos de inclusão digital existentes no Brasil e compreender sua pluralidade (*hackerspaces*, rádios comunitárias) por meio de um diagnóstico socioparticipativo. Afirma que o Governo irá articular os pontos de cultura digital e formar uma rede de compartilhamento de conteúdo. Defende a necessidade de parcerias com a sociedade civil que o Governo estabeleça para concretizar sua estratégia de atuação. Acredita que o governo deve incorporar os Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs) na sua estratégia de inclusão digital. Reconhece que atividades de formação nos Telecentros precisam ser ampliadas, com a previsão de educadores(as) sociais que garantam a apropriação efetiva das tecnologias pelos cidadãos e cidadãs.

A) Exposição Maria Helena Bonilla - Setor Acadêmico

Iniciou sua fala agradecendo ao Percival Henriques e se apresentou como professora da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) lembrando à plateia de que o desafio para os painelistas era de pensar os desafios para a inclusão digital. Afirmou ser pesquisadora do tema desde que ele surgiu no Brasil nos anos 2000, no contexto do lançamento do livro Verde do programa da Sociedade da Informação no Brasil, programa em que apontou que ninguém mais lembraria, por ser muito antigo. A professora considerou que, de lá para cá, o Brasil avançou bastante. Para ela, os indicadores socializados na abertura do Fórum da Internet apontam isso, mas mostram o que ainda falta fazer, para que se saia de um índice de conexão de Internet em torno de cinco por cento e atualmente este índice está próximo de 40%, sendo que para celulares, conexão móvel, ainda era impensável na época, pois hoje tem-se um nível de conexão significativo no país.

Contudo, para Maria Helena, o interessante e marcante mesmo para a exclusão digital, foi o mapa da exclusão digital da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de 2003, que foi importante para mobilizar efetivamente governos e sociedade civil para a proposição de programas e projetos de inclusão digital. Disse lembrar que na época, o município mais excluído do Brasil foi América Dourada, na Bahia. Isso mobilizou o governo da Bahia para a proposição de um programa de inclusão digital, um dos maiores do país na época.

Maria Helena destacou que os marcos acima citados foram significativos para o Brasil avaliar o tema de inclusão digital, visto que eles mobilizaram efetivamente a sociedade, os governos e muita coisa vem acontecendo desde então. A opinião dela é de que existem no governo muitos programas, projetos de inclusão digital e pesquisas mapeando os indicadores em órgãos de pesquisa e até mesmo pesquisa teórica na academia, sendo importante, pois procura-se ao longo do tempo qualificar a discussão do que se pensa sobre inclusão digital em uma perspectiva mais conceitual do que prática.

Explicou que foram realizados muitos encontros, seminários e oficinas pelo país afora, criando um avanço significativo, ajudando a fortalecer e constituir um grupo que pense a área, inclusive com mobilizações sociais acontecendo em torno dos direitos autorais e do

Marco Civil da Internet. Além disso, Maria Helena lembrou de campanhas que foram criadas como a Banda Larga é um direito seu, Contra o AI5 Digital, ocorrendo a incorporação do termo em sua área de atuação, a partir de 2007, quando houve a reformulação do Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO). Desde então, a Inclusão digital é comentada em todos os lugares, mostrando que os movimentos anteriores avançaram muito nos últimos 15 anos, tornando-se mais críticos e conscientes dos direitos da população.

Apesar disso, a professora citou que há muitos desafios pela frente, na sua opinião divididos em três grandes desafios: o desafio conceitual, o de acesso à Internet e o desafio da formação. Sobre o desafio conceitual, afirmou não haver consenso sobre o que seja inclusão digital. Ainda não se sabe muito bem o que está se falando sobre a temática e cada um possui uma ideia ou noção sobre a área, mas todos sem muita clareza. Dependendo dos interesses e das concepções de cada indivíduo se constrói um sentido para o termo Inclusão Digital, desde o sentido mais conservador ao mais crítico.

Em relação ao conceito de Inclusão Digital disse que não possui muita clareza, e, dependendo dos interesses e das concepções dos indivíduos, é construído um sentido para o termo. Por conta disso os usos partem do sentido mais conservador ao sentido mais crítico possível. Então ela considera que a bandeira da Inclusão Digital pode abarcar tudo. Consequentemente, o termo é usado para muita coisa sem consistência, mas, ao mesmo tempo, é uma noção muito poderosa, porque tem um poder comunicativo muito forte. Ela acredita que, ao se falar em Inclusão Digital, acende-se alguma luz que parece iluminar o caminho, alertando que isso pode ser ao mesmo tempo interessante e perigoso, pois, afinal de contas, está se tratando de uma bandeira em que tudo é justificado. Apontou que muitos recursos e energia são empregados sem saber efetivamente do que está sendo falado e o que se pretende como objetivo.

A panelista questionou à plateia sobre qual seria o conceito imaginado de Inclusão Digital. Ela respondeu que primeiramente, antes de se falar em Inclusão Digital, seria preciso pensar o que é Inclusão. Para ela, essa é a primeira questão para se pensar e para ela inclusão significa inserir dentro de um modelo que está posto, ao mesmo tempo reproduzindo-o e se adequando. Ela ainda questionou aos presentes sobre qual seria esse modelo, considerando que por si só este modelo já é excludente. Dessa forma, a inclusão sempre será excludente e seria uma eterna busca de inclusão em um modelo que exclui. Em seguida convidou os(as) participantes a pensarem sobre a temática.

Reconhecendo a contradição dos atuais modelos de inclusão, ela destacou que sempre está se falando sobre uma estratégia para inclusão, que tem o objetivo de acalmar os ânimos e evitar conflitos em uma sociedade excludente, não tendo o objetivo de transformar a sociedade. A panelista julga a inclusão digital mais como um discurso que uma categoria teórica, sendo um termo que se adequa a qualquer bandeira e que inconscientemente as pessoas reproduzem e tomam como caminho a ser trilhado. Desta bandeira, disse que várias outras se derivam: inclusão social, inclusão digital, educacional, econômica, ambiental, destacando que tudo vira inclusão no final. Por esse

motivo, a professora avalia que qualquer tema ou problema social tratado em que seja incluído a palavra inclusão é perigoso e deve ser evitado.

Citou que historicamente estão sendo feitas algumas alternativas do uso de inclusão como a emancipação digital utilizada por um professora da Universidade de São Paulo (USP), contudo, esse termo não pegou, pois não possuía força discursiva. Outros tentaram letramento digital, o qual envolve um problema teórico a ser enfrentado. Ela tentou substituir o tema por cultura digital, mas confessou que isso criou confusão entre os termos cultura e inclusão. Pediu reflexão na temática para se ter um objetivo e conceito comum para inclusão digital. Sobre o movimento social e político da inclusão digital, disse que é necessário pensar em um movimento que mobilize a sociedade e que seja criado, pois a partir dessa ideologia, programas e projetos que levem efetivamente a tecnologia, o uso e a apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) a favor das pessoas e em defesa de seus direitos.

O segundo desafio apontado por Maria trata do desafio do acesso. Desde o acesso aos equipamentos, aos dispositivos, mas principalmente o acesso a rede. Ela julgou estarmos em uma sociedade em rede e não há como pensar em movimentos sociais desconectados, apenas baseados no mundo *off-line*. É preciso estar em rede para poder se articular, pensar colaborativamente. Portanto, concluiu que a sociedade atualmente vive em rede e é preciso dar oportunidades a esse direito para toda cidadã e todo cidadão. Defendeu a viabilização do direito a comunicação para todas e todos brasileiros, dados os números de que apenas metade da população possui acesso as redes, tendo o desafio de se incluir a outra metade de brasileiras e brasileiros.

Para as escolas, afirmou que há um grave problema de conectividade e acesso à Internet. Julgou que, se houvesse inclusão das escolas desde os anos 2000, isso teria resolvido o problema, pois desde criança todas as pessoas teriam acesso. Atualmente ela acredita que isso não seria suficiente por uma série de motivos. O primeiro deles é de que apenas um quarto dos brasileiros, 50 milhões de pessoas, estão na escola básica. Ela explicou que apesar do grande número, o programa de Internet nas escolas do governo atende, em sua maioria, escolas urbanas, contudo, metade dessas escolas estão em perímetro rural e não há nenhum programa para atendimento das escolas rurais. Defendeu a melhoria da conexão para zona rural com rapidez. Destacou que as escolas urbanas com conexão podem até ser uma realidade, mas essa conexão possui desafios de aprimoramento de sua qualidade, especialmente de velocidade do acesso.

Em segundo lugar, exemplificou que há escolas em que o sinal está instalado, mas ele é desconectado, como dois projetos, um na Bahia e outro em Santa Catarina, no qual foi preciso acionar a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) várias vezes. Apesar do pedido, a agência federal não resolveu o problema das conexões dessas escolas. Reiterou que não basta ter acesso à conexão, mas ela deve estar ativa e também seja rápida, pois 1 Megabyte (1 MB) para uma escola com 400, 600, 800 alunos não é suficiente. Citou o exemplo de uma escola em que mais de 10 computadores conectados ao mesmo tempo não havia banda suficiente e a Internet caía.

Para Maria Helena, deve-se considerar o atual contexto de tecnologias móveis, pois as crianças e estudantes não estão somente na escola. Exemplificou, que a conexão deveria chegar até suas casas para que elas pudessem fazer suas tarefas em seus domicílios. Para ela, as atividades escolares extrapolam os muros. Defendeu que o modelo de uma escola baseada em um modelo fechado em muros já acabou. E destacou que, para se ter uma escola aberta, não basta apenas abrir os portões e derrubar os muros, mas abrir os espaços de conexões da escola. E isso implica em conectividade, com alunas e alunos levando laptop para casa, mas acabam ficando próximo da escola, na calçada, para se conectar a Internet que a escola possuía.

Questionou a plateia se não achavam perigoso crianças estarem expostas no meio da rua com um laptop na mão. Pediu que se fosse resolvido urgentemente a situação das conexões da educação no Brasil. Fortalecendo este argumento, a professora anunciou o relatório do Deputado Aníbal Diniz sobre o plano do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que apresentava como velocidade mínima para as escolas de 30 MB. Reiterou que a média atual é de 1 ou 2 MB e para o Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) não chega nem a 1 MB.

O terceiro desafio apontado por Maria, é o desafio da formação. Para ela é preciso pensar sobre a formação das pessoas para o uso da tecnologia, além do uso instrumental atualmente ofertado, levando a percepção e compreensão de qual é o contexto do mundo hoje. Questionou a plateia qual seria o contexto e respondeu ser o de tecnologias digitais, não bastando mais cursinhos e oficinas para operacionalizar *softwares*, mas a descoberta de todas as potencialidades de hardware e software. Ela defendeu isso, pois percebeu que a maior parte das pessoas não tem ideia de como o mundo digital funciona e o que a modernidade reserva, tendo o conceito de apenas ser algo melhorado do analógico, exemplificando o caso da TV Digital, que a maioria das pessoas acha que basta apenas ter um novo receptor e se terá uma imagem e som melhoradas.

Em quarto lugar, a professora destacou que é preciso compreender os modelos abertos e fechados de produção de bens culturais atuais. Disse que a sociedade não tem ideia de como os modelos funcionam, quem ou o que estão por trás disso. Não percebem naturalmente os interesses e movimentos do mercado de *software* de bens culturais. Destacou que não há filtro em relação à mídia, apenas repetindo o que há nela, sem verificar as potencialidades autorais compartilhadas e as políticas públicas da área. Defendeu os ativistas de causas públicas que alertam sobre projetos que estão sendo discutidos no Congresso Nacional. Exemplificou o caso do Marco Civil da Internet, o qual as pessoas comuns nas ruas não possuem a mínima ideia do que se trata.

Concluiu, por fim, que o desafio da inclusão digital continua sendo o velho desafio brasileiro: formar bons professores. Para ela, é preciso professores que entendam o que é o digital e o que há por trás desse movimento, para se repensar os modelos educacionais mais abertos, colaborativos, autorais e ativistas. O objetivo seria formar cidadãos conscientes do contexto em que vivem, dos interesses e das lógicas que estão em curso e das potencialidades das tecnologias para si individualmente e para a sociedade como um todo.

Percival passou a palavra a painelista do Terceiro Setor.

B) Exposição Karina Menezes - Terceiro Setor

A painelista agradeceu a oportunidade de se apresentar no Fórum da Internet no Brasil em Salvador, na Bahia. Disse estar representando o Raul Hacker Club, da cidade de Salvador, ser pedagoga, professora da UFBA e mãe. Sendo integrante de um *hackerspace*, disse ter ficado chateada quando as pessoas dão conotação negativa ao termo *hacker*. Destacou que todo o desenvolvimento tecnológico contemporâneo, da Internet e do *software* livre provém da cultura *hacker*. Explicitou que quando trata do conceito de cultura *hacker*, quer dizer da cultura de compartilhamento, liberdade e conhecimento livre. Fez um convite para que as pessoas participem do Raul Hacker Club e conheçam o espaço. Explicou que sua fala discute vários pontos abordados pela professora Bonilla e acredita ser de desconhecimento da maioria da população. Explicou que os laboratórios *hackers* são locais onde se discute e se toma conhecimento sobre as palavras e situações ligadas a tecnologia.

Disse ser necessário abordar e dialogar mais com os jovens, sendo uma de suas preocupações, em um momento que a tecnologia está disponível para favorecer espaços de convivência criativa, assegurando o direito à comunicação, proteção dos indivíduos e dos grupos sociais, conectados através do Twitter, Facebook, WhatsApp e muitas outras ferramentas. Para que isso seja possível, a painelista apontou que é preciso repensar concepções que embasam as ações de disseminação das tecnologias e também os seus usos, através de políticas públicas integradoras e convergentes que fortalecem as instituições responsáveis pelo desenvolvimento integral de cada pessoa. Então ela apresentou três pontos de desafios, os agravantes desses desafios e algumas possibilidades para a questão.

Sobre os desafios, adiantou que não iria percorrer profundamente pois a professora Bonilla já tinha comentado em sua fala. Trouxe a problemática da maioridade penal à mesa, levantando a questão dos jovens criminalizados nas redes sociais e a necessidade de proteção dos direitos destes. Afirmou que Gary Stahl, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil disse, em março de 2015, que cerca de 24 adolescentes são assassinados por dia no Brasil e de que o homicídio é 36% da causa de morte de brasileiras e brasileiros. Mostrou a imagem da chacina do bairro Cabula em Salvador, onde 12 jovens foram assassinados pela polícia e a imagem de Helder, um garoto, dizendo que não se pode criminalizar os adolescentes pela violência.

Por outro lado, a pedagoga apresentou uma reportagem do caso de dois assassinatos em Minas Gerais, que, segundo a versão da polícia, foram provocados por jovens que estavam buscando ostentação. Ela explicou que atualmente jovens estão sendo influenciados pelas mídias a ostentarem e esbanjarem. Destacou que os jovens estão sendo marginalizados, tanto os que cometem crimes quanto os que são inocentes, tudo em virtude das intercorrências. Ponderou que os dados escolares de precarização do

sistema educacional brasileiro podem ter levado à precarização das relações humanas e por conseguinte este atual cenário da juventude brasileira. Devido a isso, ela concluiu que a sociedade atualmente valoriza muito mais o ter que o ser, sendo mais importante ter um tênis ou boné, do que se desenvolver na vida e mudar sua situação social.

Criticou a descontinuidade das políticas públicas de inclusão digital e, de forma humorada, mostrou um exemplo de um restaurante em Pompeu, cidade de Sabará, 17 quilômetros de Belo Horizonte com uma placa com os dizeres de que não há nenhuma operadora presente e questiona onde elas estão. Descreveu o local como bacana, mas que não há acesso a cartão de crédito ou débito pois o sistema financeiro não incluiu o restaurante ainda. Trouxe também para a discussão o Projeto Um Computador por Aluno (UCA), implementado em versão piloto na Bahia, com diversas escolas atendidas e que foram ministradas aulas pela equipe da UFBA. A painelistas revelou diversos problemas em relação à Internet disponibilizada nas escolas, pontuando que nem todas as escolas puderam ter acesso à rede. Criticou também os computadores pequenos e frágeis que se tornam lixo tecnológico e não há logística reversa destes produtos, o que acaba virando um problema para as escolas, que não sabem tratar adequadamente este lixo.

Comentou e criticou sobre as políticas que restringem a utilização dos aparelhos móveis em sala de aula. Defendeu que estes projetos devem ser pensados contrariamente ao que foi proposto: não se proíba, mas se fortaleça todos os tipos de uso. Sugeriu uma brincadeira aos presentes, em pensar uma política pública obrigando as pessoas a usarem tecnologias móveis em sala de aula. Para o uso obrigatório dessas tecnologias a professora recomendou no mínimo uma Internet de qualidade, aparelhos de qualidade e professores bem preparados. Avaliou que a limitação do uso apenas em sala de aula e de portais determinados pela escola acabaram por deixar o cenário como está, sem nenhuma mudança.

Apresentou dados alarmantes do Ensino Médio brasileiro. Cerca de 1,6 milhão de adolescentes de 15 a 17 anos não estão na escola e 24% da população de 18 anos de idade não está nem trabalhando e nem estudando. Questionou onde estariam estes jovens, provavelmente cometendo crimes, o que em sua visão é errado, pois eles são as vítimas. Disto ela cita oportunidades: fortalecimento da escola, fortalecimento dos processos formativos, das instituições formativas, da escola, dos telecentros, dos pontos de cultura, instituições de convivência e de poder socializador. Também da ampliação desses espaços e investimento em *software* livre e redes livres, dando o Exemplo da cooperativa Colivre de Salvador.

Defendeu a possibilidade da criação de um ecossistema e uma economia sustentável utilizando *software* livre. Explicitou as vantagens do *software* livre: sem licenças e envio de *royalties* ao exterior. Acredita que a comunidade tem ficado forte, inovadora e a Colivre é prova disso. Só é necessário investimento, mesmo destacando as várias iniciativas do governo como o Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal (SERPRO). Comentou da abertura de 12 Fab Labs em São Paulo, locais para pequenos empreendedores produzirem inovação. Nessa perspectiva, pediu para que se fortaleça os

espaços *hackers* e espaços de autogestão comunitária para desenvolvimento de tecnologia e acolhimento da juventude longe da escola.

Seguindo a linha de exemplos de *hacker spaces*, citou o barco *hacker* de Belém do Pará. Ficou entusiasmada com o projeto de cabeamento via leito fluvial do rio Amazonas para dar conectividade a toda a região Amazônica. Também citou o Minas App, em Janaúba, Minas Gerais, onde criam arduínos (*hardware* de computador com sensores e programação) e durante um dia de arduíno *day* conseguiram atrair 900 pessoas. Citou também o BEYLUX, *hacker space* baiano, conectado à cultura indígena Pataxó.

Deu outro exemplo da Bahia, do ano de 2013: os tabuleiros digitais. Ela descreveu este projeto como um investimento na ideia de redes livres, *software* livre no assentamento do Movimento Sem Terra (MST) em Arataca, envolvendo a turma do assentamento, a rede Mocambos e o Coco de Umbigada de Pernambuco, sendo um único evento para poder discutir tecnologias livres, libertárias, libertadoras, inovação utilizando *software* livre e buscando redes livres na perspectiva que se pode, conhece e se gostaria de ter em comunidades. Isso porque o custo de manter Internet é alto e ter uma Internet de 15 MB por 60 reais é um sonho, segundo a professora.

Finalizou agradecendo e apontando os desafios à frente de conversar com os jovens, não criminalizá-los e envolver populações envolvidas como a do Coco de Umbigada de Pernambuco, um projeto que nasceu da luta contra o genocídio e assassinato do povo negro. Atualmente eles possuem um telecentro, contou ela, conseguido através de um edital do governo. Terminou apontando a necessidade de ampliar canais de diálogo.

O coordenador da trilha passou a palavra para o representante do Setor Empresarial.

C) Exposição Bruno Magrani - Setor Empresarial

Iniciou sua fala agradecendo a oportunidade ao Conselheiro do CGI.br, Percival Henriques e disse que ano passado estava presente, falando com Veridiana do Intervezes que está na plateia. Tratou de temas relacionados a este Fórum e explicou que antes estava com uma outra cartola e agora está com a cartola do Facebook e que seu objetivo era falar sobre as iniciativas de inclusão digital do Facebook. Apresentou dados à plateia e apontou que a Internet pode fazer com que sejam criados mais de 140 milhões de novos empregos. Ele disse que além de trazer novos usuárias e usuários ao Facebook, também é importante contribuir para o ecossistema de conectividade e prover outros serviços básicos e destacou a importância do debate estar sendo feito no Fórum da Internet no Brasil.

O representante do Facebook alertou a todos que o Internet.org é uma iniciativa que não interfere nas outras iniciativas e projetos para inclusão digital. Ele não é uma alternativa ou substitui projetos na área. Para Bruno, o desafio da inclusão digital deve ser resolvido por diversos setores, empresas, atores governamentais e membros da sociedade civil com o objetivo de levar mais conectividade às pessoas. Contudo, no início eles

começaram a analisar alguns dados que chamaram a atenção, tal qual 80 a 90% da população global vive em área que possui cobertura 2, 3, 4G ou wifi, contudo, apesar disso, somente um terço da população possui acesso efetivo à Internet. Quando se deparou com os dados, perguntou-se o que estava acontecendo. Disso elencou que um desafio para inclusão digital seria de infraestrutura, pois se há alguma conectividade para estas pessoas, o desafio inicial não é de disponibilidade de infraestrutura. A partir desse pressuposto, Bruno identificou quais eram as possíveis soluções para tentar explicar o cenário: custo da conectividade e percepção dos benefícios da conectividade.

Explicou que há três grandes guarda-chuvas. O Internet.org é a iniciativa guarda-chuva que possui sub-iniciativas com o objetivo de resolver problemas específicos da conectividade. Para explicar as iniciativas iniciou pelos 10 a 20% das pessoas que possuem acesso à Internet. Disse que para resolver ausência de infraestrutura, em especial em área remotas, não há incentivos econômicos para as empresas levarem conectividade até o local, pois os custos são muito altos. Para isso, o Facebook não tem pensado só em conectividade através de satélites, mas também o desenvolvimento de novas tecnologias para baratear o acesso em comunidades rurais ou comunidades remotas.

Neste sentido, explicou Magrani, que a iniciativa necessitará do uso de Veículos Aéreos não Tripulados (VANTs) que iriam circular em determinadas áreas remotas para ofertar rede e acesso à Internet. Como a Internet não pode parar, os VANTs iriam sobrevoar as áreas por três meses. Este veículo teria a envergadura de um Boeing 767 e pesaria menos de 400 quilos. Ele destacou que esta seria a primeira tecnologia que o Facebook tem trabalhado através do seu laboratório para pensar em como baratear e levar conectividade para área remotas e rurais, mas também falou sobre um modelo fixo-local, ainda sem projeto piloto, apenas experimental.

O primeiro local de trabalho foi na comunidade de Heliópolis, na cidade de São Paulo. Ela foi escolhida, afirmou Bruno, porque é uma comunidade de 200 mil habitantes e há cerca de 5 mil pequenas e médias empresas, desde salão de cabeleireiro até lanchonete e bares de esquinas que de alguma maneira tinham interesse em desenvolver seus negócios utilizando tecnologia. Exemplificou que alguns negócios utilizam a página do Facebook para receber encomendas, fazer anúncios, engajar clientes e expandir seus negócios. Com isso, o Facebook identificou que seria possível desenvolver um aplicativo para que um conjunto de serviços sejam ofertados de maneira gratuita ao usuário final, tudo feito através de parcerias com operadoras de telefonia que visam exatamente resolver barreiras citadas acima como o custo de conectividade, benefícios da conectividade para usuário final e infraestrutura.

Bruno ressaltou que as iniciativas demonstradas ainda não estão disponíveis no Brasil, mas já foram lançadas em mais de 15 países ao redor do mundo, com os maiores desafios de conectividade, sem nenhum tipo de acesso à Internet. Para o aplicativo desenvolvido, o objetivo é ser a porta de entrada das pessoas que nunca tiveram acesso à Internet. Explicou que o aplicativo verificará quais os serviços mais próximos à localidade do usuário e que o aplicativo será aberto, apesar de contar apenas com 30 ou

20 serviços inicialmente, mas recentemente foi anunciado que qualquer desenvolvedor poderá colocar seu aplicativo. Aprofundou a questão demonstrando que seriam necessários aplicativos leves e robustos, com o menor consumo de rede para que haja interesse de operadoras em se juntar a parceria.

Além dos aplicativos, Magrani revelou o esforço do Facebook em ter uma plataforma com desenvolvimento de conteúdo local, por isso estão sendo realizados *workshops* em Recife, São Paulo e Belo Horizonte. Defendeu o sistema criado, apontando que não será apenas usuário do Facebook, mas usuário de diversos aplicativos e serviços, com conteúdo local, para que as pessoas entrem no ecossistema da Internet, e o Facebook não utilizará apenas os dados das pessoas para gerar receita, o que não está acontecendo com o programa. O modelo de negócio apresentado pelo representante da empresa norte-americana aponta que o Facebook não cobrará para que os aplicativos possam entrar no Internet.org e nem pagará aos criadores dos aplicativos. Ressaltou que o programa está totalmente de acordo com o princípio da neutralidade da rede que a legislação do Marco Civil da Internet aponta. Defendeu o Internet.org como uma iniciativa de inclusão digital.

Finalizou sua fala enfatizando que o Internet.org é totalmente voluntário e só participa quem está interessado, além do usuário final que escolherá qual aplicativo ou serviço utilizará e isso não terá impacto em nenhum outro tipo de contratação ou oferta de plano de dados pela operadora. Afirmou que objetivo é exatamente garantir que as pessoas se tornem usuários da Internet como um todo. Agradeceu a todas e todos pela oportunidade.

O Coordenador da Trilha destacou que as apresentações dadas levaram ele a pensar em dois filósofos: Platão e Pierre Levy. O primeiro com o mito da caverna, que a pessoa possui dificuldade de sair e o segundo apontando que o excluído está para a exclusão, assim como está a mosca para o ouvido no qual ela se debate e não entende o que a separa do mundo exterior. Para ele, parece que a dificuldade da inclusão digital é diferente de outras inclusões e não há como ser comparada, pois uma parte é cognitiva. Exemplificou as pessoas que tem fome percebem o mundo facilmente, mas os excluídos tecnológicos não possuem essa percepção do novo mundo estando a margem da sociedade.

Passou a palavra para o painalista do setor governamental.

D) Exposição Jefferson D'Avila de Oliveira - Setor Governamental

Iniciou sua fala afirmando que o tema da inclusão digital é absolutamente central para o governo. Esclareceu que hoje há no Ministério das Comunicações duas secretarias que tratam diretamente do tema: a Secretaria de Telecomunicações que cuida mais da relação com o mercado, enquanto a Secretaria de Inclusão Digital é aquela que cuida das ações onde o mercado não se manifestou ainda interessado e, portanto, necessárias para que o governo possa promover ações que minimizem as desigualdades regionais e as desigualdades sociais.

Citou alguns programas que o governo já fez e está fazendo, e garantiu que as ações em andamento se concretizarão. Comentou sobre o satélite geoestacionário que vai ser lançado ano que vem, sobre a Amazônia Conectada em que o primeiro trecho estava programado para ser inaugurado no dia seguinte à sua apresentação no Fórum e vai ter uma finalidade também pra atuar na área de segurança da Amazônia, mas que também vai permitir que comunidades hoje totalmente desassistidas possam ser beneficiadas. Comentou também sobre o cabo submarino, que já está com o contrato assinado que vai sair de Fortaleza até Lisboa. Revelou a sua opção de fala, em função da presença de dirigentes de entidades que desenvolvem o seu trabalho focados na inclusão digital, muitas dessas entidades com um viés de inclusão social. Elogiou a apresentação da professora Maria Helena, dizendo que ela fez uma provocação em cima da expressão "inclusão" de forma brilhante.

Adiantou que a sua fala será no sentido de mostrar o que será feito pelo seu Ministério para recuperar e para avançar o que já foi feito nos últimos anos, em termos daquilo que antes era considerado inclusão digital. Ponderou que a equipe responsável pela questão assumiu o Ministério em janeiro deste ano. Comentou que não iria falar sobre os problemas de conectividade no Brasil, porque a professora Maria Helena já falou, nem iria falar sobre os benefícios da inclusão, porque a Karina já comentou sobre isso, mas o assunto pode ser aprofundado em outro momento. Afirmou que nos últimos anos o Ministério vem tratando de antenas GESAC, um sistema que apesar dos recursos que o governo coloca, ele com certeza nos próximos anos deverá se tornar obsoleto, mas que atualmente tem ajudado bastante. Disse que há mais de 2300 escolas conectadas com essas antenas. O esforço de fazer chegar a fibra ótica não foi possível, por isso foi necessário colocar as antenas para resolver o problema.

Na opinião do painalista, há muitos telecentros que também estão sendo atendidos pela antena. A velocidade é de 1 megabyte, o que foi possível para que esses pontos pudessem funcionar. Comentou sobre o projeto Cidades Digitais, que é uma iniciativa do Ministério, que envolve outros Ministérios como o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Ministério do Planejamento, que permite criar uma infraestrutura de um anel envolvendo órgãos públicos que também pode depois ser estendido até atender a última mídia. Afirmou ainda que isso é pouco perto do que já foi feito nos últimos anos em relação efetivamente à inclusão digital. Foram muitos recursos empregados, dentre eles empregados em compras de equipamentos e compras de imóveis, concentrados basicamente em entrega desses equipamentos públicos que todos conhecem como telecentros.

Afirmou que a situação desses pontos não é nada boa, que foi encontrado um passivo de situações pendentes com as organizações, com Prefeituras, ONGs etc., bastante complicada. Por isso, o objetivo do Ministério é exatamente atuar na linha de recuperar esses espaços. Para ele, quando se chega no governo, se percebe exatamente aquela expressão que muitas vezes é usada e realmente ela se concretiza: na iniciativa privada se pode fazer tudo que a lei não proíbe e no espaço público só se pode fazer aquilo que a lei permite, e quando se está no governo, se percebe a dificuldade muitas vezes que a

burocracia e que essa condição de trabalhar com quem está excluído, ela se apresenta de forma dura, de forma difícil.

Destacou a plateia que é preciso ter muita tranquilidade para tratar desse tema, pois vem da Fundação Banco do Brasil, que tinha um programa de telecentros e, segundo a avaliação de quem recebeu os equipamentos e de outros programas num processo comparativo, aquele programa funcionou bem. Então, com a influência dessa experiência que ele vem tentando oferecer na esfera pública uma condição de melhorar essas estruturas. Apontou para o slide que está sendo apresentado, fazendo referência à proposta de nova política de inclusão digital que o Ministério das Comunicações está oferecendo.

A nova política de inclusão digital que o Ministério das Comunicações já propôs, já foi validada dentro do Ministério e da Casa Civil e já foi iniciado um processo de construção dessa política e ela está muito alicerçada no que ele já falou, na recuperação do que tinha com um olhar do futuro, de uma outra forma, com um outro viés. O Ministério tem como premissa a convicção de que distribuir máquinas, distribuir móveis, que foi a forma como aconteceu nos últimos anos, é absolutamente insuficiente, ela é incompleta, ela é insustentável, e foi por isso que foi tomada essa decisão de fazer uma nova proposta.

A primeira coisa que foi necessário fazer, então, foi identificar onde estão os pontos de inclusão digital no Brasil todo. Foi feito um levantamento, na Esplanada dos Ministérios, e foram encontrados 20 Ministérios que tem ações efetivas com o recurso do orçamento para promover inclusão digital. Afirmo que o governo não tem ainda um local organizado com essas informações. Então o Ministério pretende fazer primeiramente essa nova proposta, que seria um grande diagnóstico que permita identificar onde estão esses pontos de inclusão digital que receberam recursos públicos nos últimos anos e que o governo não tem uma noção completa que permita dizer aonde estão, explicou Jefferson. Apontou que gostariam de saber quantos desses pontos estão funcionando atualmente e que esse diagnóstico pode ajudar a responder se seria necessário fazer parcerias com Estados, Municípios ou ONGs.

Revelou estar surpreso porque, quando vai apresentar a proposta em alguns eventos, como aconteceu recentemente no Fórum Internacional de Software Livre, muitas pessoas aparecem se prontificando para ajudar no processo. Disse que o Ministério não tem recurso pra mandar pessoas no Brasil todo pra fazer o diagnóstico. Então, o que o Ministério quer hoje, é justamente contar com essa parceria num primeiro momento, entender o que está acontecendo. E ainda há outras ações que estão correndo de forma paralela e que tem permitido avançar nesse sentido. Então a primeira coisa a fazer, é aguardar que nos próximos dias esse diagnóstico inicie, será iniciado no Estado do Piauí, pois o Governo do Estado já se prontificou a ajudar o Ministério na identificação dos pontos.

Ele indicou que será escolhido também um território da cidadania, onde o Ministério do Desenvolvimento Agrário vai apontar esse território, e será iniciado em uma cidade que, na avaliação do Ministério das Comunicações (MiniCom), tem uma diversidade muito

grande de pontos de inclusão digital, que é a cidade de Porto Alegre. Então, o Ministério espera com isso, que nesses 3 desenhos territoriais, seja possível corrigir os rumos num formulário que vai circular, no sentido de possíveis distorções, que, a partir daí, seja possível disparar para o resto do Brasil com um pouco mais de segurança.

Jefferson D'Avila falou que está aguardando a assinatura, pela Presidenta Dilma, de um Decreto Oficial, que irá oficializar para o Ministério das Comunicações, a coordenação desse trabalho na esplanada. Segundo ele, a assinatura irá acontecer em breve. Esse decreto vai permitir a ação de forma institucional nessa busca das informações existentes nos Ministérios, para poder cruzar com o levantamento que está sendo feito. Disse que esse comitê não vai se restringir somente a Ministérios, também vai existir uma instância de consulta à sociedade, porém ainda não existe um desenho dessa organização, pois após o decreto presidencial, esse comitê vai ser formalizado através de uma portaria interministerial, para, então, ser feita uma consulta, mais ampla possível, para colher contribuições sobre qual será o melhor formato deste comitê.

Falou sobre as atuais propostas do governo como pontos de inclusão digital. Disse que o Ministério quer ir além da ideia de telecentros, entendendo a pluralidade desses pontos que estão espalhados pelo Brasil, citou como exemplo os diversos pontos considerados lab hackers, a mídia livre, os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, pontos de cultura, e de um elemento que até então, na avaliação deles, não dialogou diretamente com a inclusão digital, que são as rádios comunitárias. Salientou que eles possuem informações muito mais precisas do que os pontos até então identificados, assim, eles entendem que todos esses pontos podem e devem funcionar de forma harmônica e em rede, para que essas informações possam circular e que cada um desses pontos possa ter ações complementares entre um e outro, num processo de articulação plena.

Disse que o Ministério quer agregar efetivamente esses pontos, para que eles não sejam somente aqueles pontos que só tenham máquinas e cada um se vire como puder, são dois elementos. Primeiro, a questão da geração de conteúdo e conhecimento. Estão tratando com o SERPRO, em paralelo a esse diagnóstico, a construção de uma plataforma absolutamente dinâmica que permita que esses pontos de inclusão digital tenham acesso a uma diversidade muito grande de conteúdos que hoje já existem e que muitas vezes as pessoas não conseguem acessar. Exemplificou com os cursos do PRONATEC, que hoje estão sendo transformados em EAD, além de várias universidades corporativas vinculadas a empresas que tem uma infinidade de cursos. Afirmou que é esse conteúdo produzido pelos pontos de inclusão digital que o MiniCom quer disponibilizar nessa plataforma, para promover uma melhoria profissional e qualificação das pessoas.

Também comentou sobre o processo de diálogo já iniciado com as instituições de ensino superior, em destaque os institutos federais, sendo que muitos deles já foram formadores de educadores e que o governo quer tratar como educadores sociais. Além disso, citou as áreas de extensão das universidades como foco desse processo de articulação. Sobre os educadores sociais, considerou ser importante oferecer uma condição de que esses

pontos tenham uma pessoa que possa ajudar, que possa contribuir com o processo efetivo de contato com o equipamento eletrônico, mas que, ao mesmo tempo, faça com que a população, e até mesmo o próprio educador social se aproprie daquele conteúdo para o seu benefício.

Com relação ao outro elemento, disse que era preciso recuperar a infraestrutura. Contou que o governo tem a intenção de retomar uma relação com os Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC), que não só estão absolutamente inseridos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, tratando de resíduos eletrônicos, como também atuam na formação de jovens carentes, para que esses jovens tenham condição de acesso ao mercado, que está muito carente de mão de obra na área de *hardware*. Para Jefferson, retomar essa relação é importante justamente para dar o suporte para que esses pontos de inclusão digital consigam funcionar. Também pontuou sobre a questão da banda larga, diante de todas as dificuldades apresentadas no Painel, para que esses pontos tenham velocidade e acesso de forma constante, que permita que funcionem em rede.

Concluiu dizendo que essa não é uma tarefa fácil e que o Ministério não consegue realizar sozinho, por isso o governo precisa efetivamente de parcerias para que essa política se concretize, e essas parcerias não são apenas dentro do governo federal, mas principalmente com a sociedade, com organizações e governos que entendam a dimensão desse processo e ofereçam aquilo que de melhor for produzido em um território envolvendo esse conjunto de atores. Jefferson se colocou à disposição para explicar com mais detalhes alguma coisa que não tenha ficado clara em sua apresentação e frisou que o Ministério optou por levar ao Fórum essa nova política de inclusão digital para retomar o contato com o movimento de inclusão digital, em que, ele reconhece, que o governo federal esteve ausente nos últimos anos.

E) Exposição Coordenador da Trilha

O coordenador da trilha disse ter ficado contente em saber que o Brasil voltou a ter um plano para inclusão digital e explicou que terá uma reunião com Berzoini, tratando das mesmas questões tratadas com Paulo Bernardo em 2011, ambos Ministros de Telecomunicações. Revelou que houve um levantamento demonstrando que 400 assentamentos rurais possuíam computadores nas caixas há mais de dois anos, projeto de 2008, e não tinham sido abertos ou utilizados. Disse preferir o projeto de letramento digital em relação aos telecentros, pois o segundo possui um modelo verticalizado, e ele tende a preferir modelos horizontais. Denunciou que emendas parlamentares para inclusão digital potencialmente podem ter corrupção com deputados auferindo recursos e pediu que fosse centralizado todo o projeto via Ministério.

Exemplificou que alguns parlamentares pedem 20 milhões de reais para instalar alguns pontos, são gastos os valores e a cidade fica sem pontos de conexão. Em seu projeto via Ministério, são instalados 10 pontos com Wi-Fi e velocidade de 20 MB gastando 6 mil reais por ponto e mais 1500 reais por mês para manutenção. Disse acreditar que a Polícia Federal e Ministério Público envolvido com o desvio de dinheiro dos pontos, pois há

peças que potencialmente poderiam ser presas pelos supostos delitos, mas o dinheiro não volta e os parlamentares continuam com seu *modus operandi*. Esclareceu que o mesmo fornecedor que vende um rádio por oito mil reais, vende para as obras dos parlamentares a 60 mil reais. Percival defendeu que é necessário acabar com o modelo de negócio de fazer inclusão digital apenas gastando dinheiro e não incluindo ninguém.

Outra questão apontada pelo coordenador da trilha foi a necessidade das instituições se tornarem mais horizontais, pedindo que se ouça mais as pessoas. Ouviu críticas de pessoas no dia anterior do Fórum pedindo a volta da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) pois não é sustentável do ponto de vista econômico ficar utilizando satélites e cabos submarinos. Exemplificou a ausência de ligação entre Jequié e Vitória da Conquista, Salvador e "pinguela aqui", local onde há seis mil pessoas e não há telefonia celular.

Acredita que a sociedade pode contribuir no levantamento em uma plataforma elaborada. Disse que o Facebook pode ajudar, especialmente porque as pessoas que possuem acesso à Internet geralmente possuem um perfil no Facebook. Apontou o Google também como potencial parceiro, coletando informações úteis como computadores inutilizados em determinados telecentros. Assim, Percival sugere que seja feita inclusão digital através de um modelo descentralizado para que se possa atingir a sociedade do conhecimento.

4. INTERVENÇÕES E DEBATES DOS(AS) PARTICIPANTES

O coordenador da trilha 1, explicou a dinâmica dos debates, em que o microfone estaria aberto para que os participantes fizessem suas manifestações, podendo ser feitas perguntas para os painelistas que estavam presentes nas mesas, dispondo de um período de dois a três minutos.

Tarcísio Ferreira (*Laboratório de Informática Educativa, Santarém, Pará*): perguntou a **Jefferson D’Avila de Oliveira** sobre os programas e projetos mencionados em painel anterior a trilha, destacando inclusive o Centro de Reciclagem de Computadores (CRC). Defendeu o CRC como um espaço que deveria implementar em todas as regiões do país, e que no norte não deveria ser diferente. Citou que, na cidade de Santarém hoje, há aproximadamente 470 escolas municipais, apenas no município de Santarém. E que o município fica em uma distância de uma hora e cinco minutos de avião até a capital, ou então, sendo necessário pegar barcos e ficar 3 dias navegando até chegar a Belém. Assim, todo o equipamento que existe em Santarém acaba ficando na cidade.

Falou que atualmente é necessário um espaço adequado para fazer o que estão realizando no fundo dos seus quintais, em suas garagens, que é o condicionamento de computadores. Tarcísio pontuou que trabalham com a parte de robótica, a parte de metareciclagem, inclusive potencializando escolas do interior que não recebem ainda computadores. Sua pergunta foi se há possibilidade de criar ou de ajudar a implementar um CRC na região, especificamente em Santarém, pelo fato dela estar ali sendo núcleo de apoio para 40 cidades do baixo Amazonas.

Rafael Maurício (*Terceiro Setor, Natal, Rio Grande do Norte*): O participante colocou em pauta a questão do desafio que se tem pela frente de deixar claro a meta, um plano bem ousado que tem não só quando se fala de inclusão, mas sim desde o início até a qualificação, onde não há só consumidor, como também produtor. Disse que observou alguns países que o Brasil poderia ter como modelo, como a Coréia do Sul, onde há um amplo investimento, desde a parte governamental, a parte do terceiro setor, como também a parte comercial investindo em centros de acesso compartilhado, onde hoje, quase 90% da Coréia do Sul é incluída digitalmente.

Falou que gostaria de saber, por parte do **Jefferson**, se há uma meta ousada de período de tempo ou algum plano ousado para isso, a fim de que não se tenha só um Brasil conectado, daqui a 5 anos, 10 anos, ter uma meta clara e específica, não só conectado, mas como produtor, em um cenário onde se possa não só ter um público que consome o que vem de fora, como o Facebook, no caso, mas que se possa ter várias pessoas, mesmo que anonimamente, participando desse cenário de produção.

Também perguntou para **Bruno Magrani**, se a respeito do Facebook existia alguma garantia da questão da proteção desses dados, sendo que há várias denúncias em relação a entrega de dados a NSA (National Security Agency), então o que ficaria claro é que o Facebook não ganharia só com publicidade, mas intrinsecamente, de forma oculta, seria possível que o Facebook não ganharia com a venda de dados para governos.

Também estendeu a questão ao CGI.br, para que possa trabalhar com metas ousadas e já se ter várias ações realizadas até o próximo evento, para ver que o Fórum da Internet no Brasil não é perda de tempo.

José Janoni Jr (*Terceiro Setor, São Paulo*): Parabenizou a todas e todos pelo evento e dirigiu a palavra à **Professora Maria Helena Bonilla, discordando no ponto que ela disse que a inclusão digital deveria virar movimento social e político.** Também lembrou o que é a rede Internet, reiterando a defesa da sua neutralidade e a total imparcialidade da sua rede e de seu conteúdo, para que a Internet continue a ser uma rede mundial que interliga povos, empresas, governos e culturas de todo mundo, e não um programa particular ou da ótica de algum Estado, de algum governo ou de algum momento de alguma comunidade.

Concluiu analisando a explanação da Professora e disse crer que ela defendeu as atuais e novas políticas públicas nacionais para universalização das conexões e da acessibilidade a Internet no Brasil, chamada pela expressão "inclusão digital". Mas ponderou que ele defende a independência e a isonomia entre todos os *players* envolvidos e a irrestrita liberdade de atuação dos empreendedores e dos usuários, dentro da legalidade, sem a interferência de governos, ou de nenhum estado ou país.

Mércia Alves (*Associação das Pessoas com Deficiência, Cocaú, Pernambuco*): a participante fez uma pergunta para **Jefferson D'Avila de Oliveira.** Disse que esta era sua terceira participação no Fórum, e que em Belém teve contato com o Ministro das Comunicações, porém não teve retorno do Ministério. Contou que a Associação em que trabalha e a Associação das Pessoas com Deficiência de Tamandaré, que é uma cidade vizinha a Cocaú, receberam a doação dos computadores para o Telecentro BR e esperaram por três anos para que o representante fosse até eles ligar os computadores, no entanto, o representante não compareceu, e eles mesmos fizeram a ligação dos computadores. testemunhou que infelizmente algumas máquinas não estão funcionando.

Também relatou que a antena nunca chegou. Com o objetivo de contribuir com o Ministério, **ela gostaria de obter algumas respostas sobre se com esse equipamento sucateado e sem o programa acessível pra pessoa com deficiência, se eles terão novamente alguma condição de pedir ao Ministério outras máquinas e se é possível voltar a parceria junto ao Ministério das Comunicações e ao Banco do Brasil, que foi desfeita.** Reiterou que as pessoas com deficiência da comunidade a qual ela preside esta associação realmente precisam da Internet e salientou que a única operadora presente no distrito é a operadora TIM, porém o sinal oscila. Com relação a Internet, disse que eles são obrigados a contratar uma antena para que tenha sinal na comunidade.

Veridiana Alimonti (*Coletivo Interozes, São Paulo, São Paulo*): Veridiana começou sua participação destacando a relevância de se pensar o que significa o desafio da inclusão digital de uma maneira mais complexa, reforçando que isso tem que ser pensado de maneira integrada. Achou interessante o novo sistema de trabalho integrado entre os diferentes Ministérios, que foi apresentado pela Secretaria de Inclusão Digital, mas criticou o desmonte de programas importantes que existiam no passado, por uma saída

do governo em relação a recursos, mas reiterou que é preciso retomar o que já havia antes, como o programa Telecentros BR.

Perguntou para **Jefferson D'Avila qual o papel que o governo está pensando para a TELEBRÁS dentro do ecossistema apresentado.** Disse que na concepção do Intervozes e de outras entidades que participam da campanha "Banda Larga é um Direito Seu", só se consegue evoluir nessa perspectiva integrada de inclusão digital com políticas públicas do Estado, e políticas públicas que tenham como fundamento a consideração do acesso à Internet como algo essencial, algo que já foi reconhecido na legislação, no Marco civil da Internet.

E nesse sentido também reforçou a perspectiva da universalização do acesso, que o governo passou a utilizar esse termo agora, mas durante muito tempo falou em massificação, justamente para não cair no risco de colocar para a banda larga uma regulação mais forte do que a chamada regulação de telecomunicações de regime público, que, segundo a lei geral de telecomunicações, é a regulação que permite ao estado estabelecer metas de universalização, permite ao estado regular as tarifas, principalmente aonde não há mercado e competição o suficiente pra fazer com que elas sejam baixas, ou seja, permite ao estado, confere ao estado, as garantias necessárias para que de fato algo que é considerado um direito do cidadão seja realmente garantido. Isso não significa que o estado vai prestar diretamente sempre, mas significa que ele, junto com a iniciativa privada, terá instrumentos regulatórios mais fortes pra fazer isso.

Lamentou que essa alteração ainda não foi feita e isso prejudicou os resultados em relação ao Programa Nacional de Banda Larga. Relembrou que na abertura do Fórum, o Secretário de Telecomunicações disse que o Brasil tinha mais de 200 milhões de acessos a banda larga, mas sabe-se que isso não é verdade, pois quase 190 milhões desses mais de 200 milhões são acessos pelo celular, com conexões que são pré pagas, associadas a planos pré pagos de voz, com baixas franquias de dados, consumidas na sua maior parte por publicidade e atualizações de sistema que o usuário não tem condições de controlar.

Assim acaba-se caindo no modelo de negócio do *Zero Rating*, que é a Internet grátis, que algumas aplicações eleitas não descontam da franquia de dados, enquanto todo o resto da Internet desconta. Assim, as pessoas começam a achar que a Internet é uma aplicação ou outra, em especial acham que a Internet é o Facebook e dentro desse *Zero Rating* tem projetos como o Internet.org, que claro, tem iniciativas de pensar outras formas de acesso à Internet como o "VANT" que foi apresentado pelo Bruno, mas que o principal ponto é um aplicativo que dá acesso a uma Internet muito mais simplificada, além de serem só alguns sites, é uma Internet só de texto, sem vídeo, com imagem em baixa resolução etc.

Então, em sua opinião, isso acarreta um problema que traz as seguintes questões: "para quem não tem nada, será que não é melhor ter isso do que não ter nada?" ou "a gente vai chegar na universalização do acesso a Internet, isso é só o começo desse caminho". Veridiana refletiu que esse tipo de iniciativa como o *Zero Rating* e o Internet.org, dentro desse contexto, não é uma parte do caminho, mas é quase a direção contrária do caminho onde se quer chegar, porque se estimulam modelos de negócios em que a

universalização não é de fato o foco, além de estatísticas manipuladas, pois existirão milhões de pessoas conectadas ao Internet.org em vez de, de fato, estarem conectadas à Internet. Existem estatísticas que demonstram que países que tem *Zero Rating* tem uma conexão mais cara que países que não tem, justamente porque os modelos de negócio se estruturam de forma a privilegiar essas poucas aplicações.

E por fim, na concepção do Interozes e de outras entidades, o *Zero Rating* e o projeto do Internet.org dentro desse contexto, também violam a neutralidade da rede conforme garantido no Marco Civil da Internet, na medida em que pessoas poderiam acessar esse aplicativo sem se quer ter um plano de dados de fato contratado, ou quando a franquia de dados acaba, passariam só a acessar esse aplicativo ou o aplicativo que está no *Zero Rating* e isso não é possível sem que haja gerenciamento de tráfego.

Bruno Magrani (Facebook): Com relação a pergunta sobre Marco Civil da Internet de Veridiana Alimonti, foi respondido que o *Zero Rating* é mais uma iniciativa e não a solução para o desafio da inclusão digital. Disse acreditar que a contribuição do Facebook para conectar mais pessoas e trabalhando com os setores privado, governamental e sociedade civil com o objetivo de catalisar novas iniciativas e trabalhar conjuntamente para levar conectividade para cada vez mais pessoas. Ressaltou que o objetivo do Facebook é que cada vez mais pessoas tenham acesso à Internet.

Flávia Lefèvre (PROTESTE, São Paulo, São Paulo): A participante se direcionou para o **Jefferson D'Avila de Oliveira** e disse que ocorreu na câmara do CGI.br de inclusão digital uma apresentação do Artur Coimbra, do Ministério, em que ele apresentou qual seria a estrutura básica do programa "Banda Larga para Todos", que seria uma segunda edição do PNBL, no entanto, salientou que o Secretário apresentou um sistema em que ela não sabe como ele vai se relacionar com o que foi apresentado por Artur Coimbra, colocando que o governo federal encaminha informações muitas vezes contraditórias.

Flávia também comentou que tem um vídeo da Presidenta Dilma no blog do Planalto, em que ela diz que está prestes a fazer um acordo com o Facebook para promover a inclusão digital por intermédio do Internet.org e existem notícias publicadas em jornais confiáveis dizendo que o Ministério das Comunicações estava pensando em adotar o regime público para promover a inclusão digital. Com isto exposto, Flávia questionou o que de fato está sendo decidido no Ministério das Comunicações em termos de inclusão digital e como as Secretarias que tratam do assunto estão coordenadas.

Lefèvre também indagou **Bruno Magrani** a respeito do custo desses veículos não tripulados e se não era mais barato implantar fibra ótica em algumas regiões menores. Também interpelou sobre a estratégia do Facebook de se associar, de alguma maneira, aos governos, para implementar o Internet.org, destacando que sempre tem uma aura de contratos públicos, sendo que nas respostas às perguntas que o CGI.br enviou ao Facebook foi informado que não existe nenhum contrato, com nenhum governo, em nenhum país em que o Facebook atua. Ela quis saber qual o objetivo do Internet.org e qual é a previsão do tempo em que a pessoa vai poder utilizar gratuitamente alguns

aplicativos e o que vai acontecer quando esse tempo acabar e a pessoa não tiver condições de contratar.

Por fim, Flávia frisou que no Marco Civil da Internet, no artigo quinto, existe uma definição do que seria Internet, na qual está escrito o seguinte “*Internet é o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais, por meio de diferentes redes (...)*”. Com isso exposto, perguntou em que medida não estaria havendo um descumprimento da obrigação de neutralidade, pois estaria havendo uma discriminação por aplicação e estaria se vendendo Internet por alguma coisa que não é Internet, que é o acesso a algumas aplicações.

Bruno Magrani (Facebook): Respondendo a Flávia Lefèvre, disse não saber o custo do VANT, mas segundo Bruno Magrani, a consideração do VANT é para diminuição de custo da conectividade. Explicou que também estão trabalhando no desenvolvimento de uma outra tecnologia de transmissão de dados chamado *Free Space Optics* (Espaço Livre Ótico - FSO) que segundo Bruno, é o uso de raios do espectro infravermelho para fazer a transmissão, que de acordo com resultados preliminares, chegaria próximo da qualidade de fibra ótica. Comparou a velocidade dos testes do FSO com o 3G e o 4G destacando que a do primeiro, em uma área remota, já é uma velocidade maior, sem cavar nenhum buraco, passar fio, enterrar fio, pagar concessões e todas as questões de licenciamento. Acredita que certamente terá um custo muito mais baixo para levar conectividade para outras pessoas.

Sobre o nome do Internet.org, disse que a chave para entender isso é a distinção entre o que é a iniciativa mais ampla, com o uso dos VANTs, dos projetos de conectividade experimentais em Heliópolis, com o objetivo de trazer a Internet como um todo para as pessoas. Do outro lado, o aplicativo tem um objetivo distinto, trabalhando nas barreiras apontadas em sua exposição (benefícios do uso e custo de conectividade). Apesar disso, a empresa pecou na abertura dos aplicativos, onde inicialmente foi pensado apenas um conjunto delimitado e depois foi mudado este planejamento, abrindo o Internet.org para novos serviços e aplicativos.

Bruno Magrani continuou sua resposta a Flávia indicando que para a operadora, que está se voluntariando para oferecer conectividade, só faria sentido se o usuário comprasse um plano de dados. E também disse que só faz o mesmo sentido para os aplicativos, os quais o Facebook não irá remunerar, mas também não irá restringir o tempo que o sujeito poderia utilizar a plataforma do Internet.Org para forçar de alguma maneira ou cobrar no futuro. Bruno explicou que o objetivo é existir uma otimização dos dados para que seja sustentável e não sabe definir se daqui 10 anos o projeto vai existir e se não existir seria ótimo, pois significaria que as pessoas já estariam conectadas.

Malu Viana (Frente Nacional de Mulheres do Hip Hop, Porto Alegre, Rio Grande do Sul): Malu parabenizou a mediação e a mesa quanto a temas como a redução da maioria penal e o extermínio da juventude negra. Destacando que é importante não só se falar de Internet a partir da conexão, mas sim do que está acontecendo em torno da Internet.

Também apontou para **Jefferson D'Avila de Oliveira** a questão dos programas descontinuados e que existe uma demanda muito grande de políticas públicas que o terceiro setor, os movimentos sociais requerem, mas o monopólio da comunicação brasileira deturpa e detona com toda uma construção na base. Desta forma, como o governo tem uma visão dessa realidade no Brasil, onde muitas informações não circulam e não mostram o real objetivo dessa construção.

Thallis Cantizani (*Setor Governamental, Fortaleza, Ceará*): Thallis questionou **Jefferson D'Avila de Oliveira**, pois ele tinha certeza que se fosse distribuída Internet de ponta a ponta do Brasil, não poderia se orgulhar de ter garantido a acessibilidade as pessoas com deficiência. Comentou que o grupo debateu bastante sobre *hardware* e *software* de inclusão, destacando que a maioria é pago, sendo que, os poucos que conseguem ser distribuídos gratuitamente, enfrentam problemas de comunicação, em como se receber esse *software*. Sendo assim, o *software* pago deixa de ser um direito do cidadão e passa a se tornar mercado e isso acarreta um problema no sentido de que o governo não entende isso como um investimento, mas sim como um gasto. Com isto exposto, perguntou qual a possibilidade do governo de produzir esses *softwares*.

Leidiane (*Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, Bahia*): Leidiane gostaria de saber de **Jefferson D'Avila de Oliveira** se nesse novo projeto existe uma parceria com universidades ou núcleos que trabalhem com uma perspectiva de gênero e se esse novo projeto está pensado dentro de uma perspectiva de gênero, e se existe uma parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres, pensando essa nova inclusão digital, e pensando a questão das mulheres.

João Eder, (*Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Jacarezinho, Paraná*): O participante fez duas questões direcionadas a **Bruno Magrani**, baseado no que já foi exposto, principalmente nas palavras da Veridiana. A primeira questão foi qual o motivo de, na plataforma de desenvolvimento do Facebook, até mesmo na própria página inicial que consta no site oficial, é indicada a não utilização do protocolo de segurança *https* no âmbito do projeto do Internet.org. Disse que enviou alguns e-mails para o Facebook, questionando isto, porém não obteve retorno. E em segundo lugar, perguntou como que as operadoras de telecomunicações reagiram a essa abertura da plataforma, a partir do momento que mais pessoas vão oferecer as versões *light* dos seus *websites*, para mais pessoas utilizarem, sem nenhum lucro e sem nenhum ganho financeiro nesse sentido.

Bruno Magrani (*Facebook*): **Respondeu a João Eder, do Paraná**, sobre a permissão de *https*, disse que essa foi uma crítica recebida por não permitir determinados tipos de tecnologias de criptografia, sendo um desafio, pois ele é advogado e não conhece todos os detalhes que os engenheiros possuem. Para ele, provavelmente o desafio está relacionado a forma de acesso. Então este problema já está resolvido através do aplicativo Internet.org, com suporte *https*, *accn* e outros. Infelizmente não está disponível no Brasil, mas convidou o CERT ou qualquer outro grupo que queira ajudar, estão abertas as portas para esta cooperação. Convidou, então, João Eder para participar de algum dos *workshops* de desenvolvimento que o Facebook vai realizar em São Paulo e depois em

Belo Horizonte, para que ele possa conversar com os engenheiros e saber dos detalhes técnicos.

Fabício Solagna (*Software Livre e Centro de Estudos Barão de Itararé, Porto Alegre, Rio Grande do Sul*): Fabício disse para **Bruno Magrani** que estava olhando diversas pesquisas pregressas do uso de Internet no Brasil, através das pesquisas realizadas pelo CGI.br, e uma das principais barreiras de entrada, respondidas pelas próprias pessoas, no Brasil, é apontado, de um lado, pela falta de infraestrutura, e o outro, o alto custo, principalmente depois da expansão da Internet móvel. Dessa forma, ele questionou se essa estratégia do Facebook convenceria os parceiros comerciais, visto que no Brasil a barreira de entrada não parece ser falta de interesse de acesso pelas pessoas da Internet, ou falta de criar necessidade de acesso pela Internet de serviços públicos e que pode melhorar na vida dela. Também fez uma segunda pergunta sobre a página inicial do Facebook, que recomenda usar imagens de baixa resolução, não usar vídeos e nem *voip*, e se esse tipo de tratamento também será dado no aplicativo do Facebook.

Bruno Magrani (*Facebook*): **Respondendo a pergunta de Fabício Solagna**, pediu desculpa, pois não olhou os dados do CETIC.br de falta de infraestrutura e alto custo da Internet. Respondeu também que as delimitações são para todos, não havendo fotos em alta resolução e vídeo tanto nos aplicativos de terceiros como no aplicativo do Facebook, que é uma versão simplificada. A proposta de otimização do uso de dados é uma premissa para todos.

Manuel Fonseca (*Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia, Salvador, Bahia*): Manuel Fonseca colocou duas questões. A primeira foi direcionada para **Jefferson D'Avila de Oliveira**, sobre o Programa Banda Larga Para Todos, disse que foi colocado por uma outra pessoa que existe uma série de informações recentes que são conflitantes, causando confusão no entendimento do programa, para ele não ficou claro o que é o Banda Larga Para Todos. Assim, ele também acrescentou que saiu uma informação na Folha de São Paulo, informação esta que não foi desmentida pelo governo, de que se estaria articulando um pacote de 50 bilhões de reais, aonde 15 bilhões de reais viria dos fundos das telecomunicações e 35 bilhões das operadoras e essa seria a grande forma de financiamento do Banda Larga Para Todos. Disse também que achou ousada a meta do Ministro de colocar a banda larga disponível para 90% dos municípios brasileiros, considerando que hoje somente 24 milhões de domicílios que tem Internet banda larga fixa.

Relatou que foi um consenso no grupo de que não existe inclusão digital sem infraestrutura de telecomunicações, então o grande problema do Brasil atualmente é infraestrutura de todas as maneiras: ferrovias, rodovias, aeroportos, portos e inclusive de fibras de banda larga, de infovias. Dessa forma, o Programa Banda Larga Para Todos, pareceu para Manuel, uma continuidade do PNBL que evidentemente não atingiu as metas que estariam colocadas em 2010. Recentemente também viu do Ministério mais uma fonte de financiamento de mais 9 bilhões, sendo assim, ele queria um pouco mais de informação sobre o que é o “banda larga para todos”.

A segunda questão foi a respeito da Bahia, em que ele relatou que soube pela manhã sobre o Programa Amazônia Digital, que são mais de 7 mil quilômetros de fibra ótica e comparou com a Bahia que é um verdadeiro apagão digital. Falou que a Bahia está sob o domínio da Oi, que é herdeira da Telebahia e da Telemar, fazendo com que exista um monopólio na banda larga fixa. E isso as pesquisas comprovam de que é necessária uma atuação do poder público para cumprir essas falhas de mercado. Então ele questionou qual a proposta que o Ministério tem para o Nordeste, ou para a Bahia, que possui 15 milhões de habitantes e tem uma taxa de penetração de 15,84%, enquanto a média brasileira é de 36% e a do Estado de São Paulo é de 60%.

Jefferson D'Avila de Oliveira (*Ministério das Comunicações, Brasília, Distrito Federal*): Jefferson começou sua fala fazendo um comentário a respeito do programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), concordando que o programa é ruim, porém é importante para quem usa. Trouxe dados sobre o GESAC falando que existem 2.300 pontos de antenas GESAC em escolas rurais, 1.700 pontos em áreas urbanas e esse total de 4 mil pontos corresponde a 58% de antenas implantadas pelo governo. Saliu que o programa GESAC não é barato e projetou um gasto de 60 milhões com as antenas existentes, para o ano de 2016, em função do preço que se paga pela conectividade à Embratel. Respondeu que a falta de banda se deve a falta de capacidade do satélite utilizado e revelou que o governo vai lançar em 2016, para começar as atividades em 2017, um novo satélite geoestacionário que vai permitir a ampliação da conectividade. D'Avila também reforçou que essa política não é nova, o que o governo, de fato, quer, é recuperar um recurso público que está espalhado pelo país e eles não possuem controle e identificação. Falou que o programa começou em 2003, e quem estava conduzindo o programa na época perdeu o controle do processo, portanto, ele não tem receio de afirmar que o governo está disposto a resolver este problema.

Em relação ao acesso das pessoas com deficiência, o painelistas realçou que em boa parte dos telecentros em que o acesso não foi instalado, foi porque a prefeitura municipal não cumpriu sua parte no contrato, porém as ONGs não cobram a prefeitura, apenas o governo federal. Sobre a questão de *software*, o Secretário deixou claro que o governo não vai produzir *softwares* especificamente para a questão do deficiente. Para isso, foram criados pelo governo Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Pernambuco, em São Paulo e outro no Rio de Janeiro, justamente com o objetivo de incentivar a produção de *softwares* livres para serem colocados a disposição da sociedade. Apontou que alguns vão ser comercializados, mas o objetivo é incentivar a produção das boas cabeças pensantes que estão por aí.

Respondendo sobre o caso do CRC, disse que será publicado um edital com chamamento e se Santarém for contemplado, será implementado. Atualmente há um CRC em Santarém com tempo de contrato até 2017. No Brasil foram 15 CRCs implementados no Brasil inteiro e existe o objetivo de dar suporte para que não aconteça mais o que ocorreu em Pernambuco. Saliu que o que o governo deseja é dar condições ao CRC que resolva por si próprio os problemas, mas lamentou que é humanamente impossível tratar de Brasília uma situação que aconteça em qualquer lugar do Brasil.

Disse que Artur tratou sobre PNBL e explicou como o projeto ocorre entre as secretarias do governo. Falou que a secretaria de telecomunicações dialoga com o mercado e a secretaria de inclusão digital dialoga onde o mercado possui dificuldade ou não acredita ser economicamente atraente. Portanto, sua opinião é de que o PNBL é um plano ousado que visa a universalização, baseado em incentivo fiscal para que exista o que chama de leilão reverso e corrige um pouco dos primeiros processos das privatizações. As empresas contempladas no leilão reverso terão oportunidade de implementar fibras óticas em regiões onde o mercado tem interesse, mas também em locais onde ainda não é explorada, cumprindo a promessa de campanha da Presidenta, de chegar a 90% dos municípios brasileiros.

Explicou que neste momento está sendo planejado uma isenção ótima para incentivo entre Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento para implementação de um leilão, evitando que nenhuma organização entre para disputa do leilão, deixando ele esvaziado. Apontou que sobre a mídia, tudo é feito via Presidência da República, pela secretaria de comunicações e não por seu Ministério, o de telecomunicações. Como Ministério das Comunicações, o painalista destacou que o objetivo é democratizar o processo, saindo de um plano nacional de outorga para rádios comunitárias, lançado em Brasília no dia 14 de julho, plano nacional de outorga para Televisões Educativas e será implementada a portaria em Agosto de 2015, com o objetivo de dar mais fôlego as rádios comunitárias para que se tornem independentes e legalizadas.

O representante do governo realçou que a apresentação de documentação das rádios comunitárias é um processo difícil, com algumas esperando há 12 anos o resultado. Estimou que existam 45 mil processos no Ministério e a determinação do ministro Berzoini é da criação de um mutirão para resolver este passivo burocrático das rádios comunitárias e ao mesmo tempo oferecer uma nova legislação na área. Exemplificou que atualmente é pedido até comprovante de residência de todos os dirigentes e a nova legislação só pede sete documentos. Isso dará agilidade, concluiu Jefferson. Atualmente estas rádios comunitárias são reféns dos dízimos espalhados pelo Brasil e esse recebimento é ilegal do ponto de vista jurídico. Quanto as Televisões Educativas também há um incentivo para que ela possa investir em programação e assim ser efetivamente uma televisão.

Deu o exemplo da televisão de Lavras, em Minas Gerais, onde houve uma medição e em horários de telejornais, ela vence de todas as outras emissoras, pois está divulgando notícias locais, que seria tecnicamente o que as pessoas desejam. Sobre desmentir tudo o que sai na mídia, o governo não faz isso. Respondeu que se fosse para o governo desmentir tudo o que a mídia produz hoje, o governo paralisaria para responder apenas a mídia. Sugeriu que se verificasse a credibilidade dessas mídias e notícias. Sobre a questão do Facebook, disse que estava em uma reunião na tarde no dia anterior (14 de julho de 2015) tratando da questão da Internet dentro do governo e revelou sobre um documento da Presidenta em 45 ou 60 dias para explicar a posição do governo em relação à Internet. Foi enfático ao dizer que não há nenhum acordo com o Facebook e não há nada acertado. O que ocorre é uma proposta do Facebook para complementar uma política pública, de alguma forma contribuindo para a melhoria da sociedade, do acesso e tantas outras oportunidades para empresas, brasileiras e brasileiros no Brasil.

O que o governo não faz em outros setores, não fará nessa área. Questionou se algum dos presentes se negaria a fazer uma conversa com um mecanismo que atingirá tantas pessoas. De forma muito clara e objetiva, ele explicou que a secretaria de política das mulheres vai participar da nova política. Finalizou deixando seu e-mail (sid@comunicacoes.gov.br) e agradeceu pela oportunidade.

Bruno Magrani (*Facebook*): Inicialmente esclareceu as diversas questões gerais a respeito do projeto Internet.org. Para o painalista, um dos desafios existentes com relação ao projeto ainda não lançado no Brasil, envolve uma série de detalhes ainda não esclarecidos e abordados pelos participantes.

Ainda de acordo com ele, a primeira questão envolvia o fato de por quê o Facebook conversa com os governos antes de lançar o projeto. Para ele, a empresa trata de forma igual as conversas com os diferentes atores da sociedade civil antes de implementar o Internet.org, uma vez que, na visão da empresa, essa é uma iniciativa que pode contribuir para os desafios da conectividade em todo mundo. De modo que, para Magrani, o governo é apenas mais um interlocutor e o Facebook deseja ficar absolutamente aberto para conversar com o máximo de setores possíveis.

Com relação a questão sobre o uso de dados do Facebook, Bruno fez uma distinção entre o aplicativo do Facebook e a plataforma do Internet.org, disse que, em relação ao Facebook, a plataforma oferece diversas funcionalidades e permite que anunciantes direcionem a publicidade, sendo assim, não faz sentido a hipótese de que o Facebook vende dados. E que, em relação aos dados do Internet.org, também existe outra distinção, pois o aplicativo do Facebook dentro do Internet.org segue a lógica anterior e os dados relacionados aos outros aplicativos não se relacionam com o Facebook, se relacionam com as políticas do serviço utilizado naquele aplicativo. Afirmou que o único dado em relação a plataforma como um todo, que o Facebook utiliza, se refere aos dados agregados para saber quais são os aplicativos mais populares.

Respondeu a pergunta geral sobre como as operadoras reagiriam a abertura da plataforma, e apontou ser mais fácil utilizar o modelo tradicional de *Zero Rating*, mas o Facebook acredita que é necessário contribuir para o ecossistema como um todo e não só para o acesso ao Facebook única e exclusivamente, pois assim a sociedade e diversas outras empresas vão se beneficiar.

Maria Helena Bonilla disse que o país está em uma disputa e que se deve pensar em inclusão digital desvinculada dos interesses, *lobbies*, discursos que estão postos. Disse que de certa forma estes interesses e *lobbies* tem preponderado, mas as manifestações e a mesa evidenciaram o que está em jogo e os cuidados que se deve tomar para não ser levado pela enxurrada de interesses. Deu o exemplo do Plano Nacional de Banda Larga, diferenciando o que foi no início e o que foi no final, exemplificando que não se pode descuidar que a inclusão digital não avança.

Declarou que os grupos trouxeram reflexões importantes sobre a inclusão digital a partir da base, dos grupos, da sociedade e das culturas locais, atuando com força maior juntos aos governos para equilibrar o jogo de forças que está posto na definição de políticas públicas. E disse que não se pode ser ingênuo e achar que isso vai resolver o problema porque os interesses de mercado e os interesses da mídia vão continuar presentes. E sempre haverá o embate entre essas forças antagônicas. Para isso, destacou o fortalecimento da sociedade e questões da acessibilidade, gênero e etnia fazendo pressões por seus direitos, fazendo com que a política pública se volte para a sociedade, explicando que é um ciclo de retroalimentação: a sociedade alimentando o governo e o governo por sua vez alimentando a própria sociedade.

Defendeu o desenvolvimento de *softwares* para pessoas com necessidade especiais, mães, mulheres, negros e todos os grupos marginalizados. Disse que vários Ministérios possuem políticas públicas, mas questionou quantas delas se conversam e caminham articuladamente. Utilizou os dados trazidos por Jefferson sobre o GESAC, e em seu cálculo sendo 190 mil escolas, 2.300 escolas conectadas não se faz nem cócega no processo, portanto é preciso fazer pressão para que a conexão chegue a zona rural. Ela explicou que estes cidadãos não são de menor qualidade ou atrasados, mas que estão a margem da sociedade e é preciso reconhecê-los como parte integrante da sociedade brasileira, com direitos garantidos.

Sobre inclusão digital, ela explicou que a força teórica é forte e acaba sendo utilizada de várias maneiras, mas se o movimento quiser ser chamado de abacaxi dourado, ele pode. O problema, segundo ela, é que é preciso dar força, mesmo quando o que interessa é o que está por trás do movimento, como é articulado este movimento. Exemplificou o Marco Civil da Internet, feito desta maneira. Finalizou considerando que a inclusão digital como movimento social não enfraquece as necessidades de fortalecimento e liberdade da Internet, de neutralidade da rede. Pelo contrário, na avaliação da professora, acredita que avançaram neste quesito, mas é preciso mobilizar mais e enfrentar os discursos dos poderosos. Agradeceu a todas e todos os presentes.

Karina Menezes (Raul Hacker Club, Salvador, Bahia): Agradeceu a todas as pessoas que lhe chamaram de *hacker*, apesar de se considerar pedagoga, porque o *hacker* não se apresenta como. Apontou que perguntou em sua fala onde estavam os jovens e com a pergunta do Mário Brandão sobre *lan houses* acredita ter achado a resposta, pesquisando no buscador verificou que jovens matam aula, são assassinados em *lan house*. Apontou que a *lan house* é um modelo que deve ser superado, e são importante onde não há muita acessibilidade, mas criticou telecentros e *lan houses* os quais não se passa nem da tela, pois ou é tudo *software* proprietário ou tudo é bloqueado e filtrado ou porque realmente não se tem como abrir aquelas máquinas do ponto de vista do *software* e do ponto de vista do *hardware*.

Gostaria que fosse feita uma desconstrução dos paradigmas cotidianos, como o significado de entrar com *login* no Google. Também discutir o *hardware* livre, tão importante quanto o *software* livre, pois ele se comunica com o *software*. E disso ela destaca laboratórios tecnológicos experimentais, em que é possível realmente viver a

tecnologia por outros vieses, não apenas esse da recepção da informação. Também disse estar preocupada com os deficientes, pois segundo Jefferson, representante do governo, não será desenvolvido *software* pelo Estado. Concorde que o Estado não faça isso, mas é preciso investir nisso e criar uma comunidade de *software* livre do governo federal.

Destacou que infelizmente a comunidade do governo federal foi perdendo a força ao longo do tempo e que se for fazer inclusão digital, questionou qual o motivo para continuar pagando licenças para empresas estrangeiras ou com *software* gratuito com restrição de uso. Defendeu ter inclusão digital com *software* que seja aberto para ser explorado e adaptado a realidade local. Karina comentou que o SERPRO é uma das principais agências hoje do governo que trabalha com o *software* livre e desenvolve o *software* livre. Sugeriu o caminho do SERPRO como base de investimento para *software* livre, através de lançamento de editais para que programadores possam receber pelo desenvolvimento de *software* livre e poder ter escolha política sustentável. Finalizou sua fala agradecendo.

5. DEBATES DOS GRUPOS DE APROFUNDAMENTO

Grupo A

Integrantes do Grupo

- Não foi informado.

Assuntos onde houve consenso

- Inclusão digital não é só levar a infraestrutura, mas precisa envolver a comunidade e pensar no modelo de sustentabilidade.
- Descontinuidade de políticas é um grande problema (ex: Telecentros e Cidades Digitais).
- Uma política não deve ser descontinuada para que se comece outra, mas deve ser pensada como uma evolução, como uma política que vai sendo aprofundada, sempre com participação social. Políticas de inclusão digital devem ser pensadas como Programa de Estado, não de governo.
- Criação de comitês estaduais multissetoriais para discutir e incidir sobre políticas de comunicação e inclusão digital.
- Iniciativa privada é essencial, mas o governo é o grande catalisador e o investimento em infraestrutura é fundamental.
- Devem haver sinergias em todos os âmbitos federativos para proporcionar infraestrutura de transporte de banda larga e acesso à Internet.
- Internet.org não contempla a complexidade da inclusão digital e iniciativas privadas como essa não podem ser entendidas como políticas públicas de inclusão digital.

Assuntos onde NÃO houve consenso

- Não foi identificado

Assuntos a serem aprofundados

- Não foi identificado

Participante que submeteu o relatório

- Veridiana Alimonti.

Grupo B

Integrantes do Grupo

- Iristony Calheiros
- Evandro Jardim
- Mércia Alves
- Elizangela
- Miguel Vita
- Thallis Cantizani

- Maira Marques
- Germano Bona
- Sue Sampaio

Assuntos onde houve consenso

Pontos discutidos:

- Acessibilidade na rede rural;
- É fato que há dificuldades no acesso das unidades rurais, em todos os setores. Há algumas iniciativas que levam Internet por fibra e rádio. A ideia é utilizar uma capilaridade dos centros urbanos expandindo a malha existente. No entanto, apenas isso não é a solução;
- Faz-se necessário reduzir custos por vezes impossibilitando a pulverização da malha.
- Faz-se necessário incentivos fiscais, redução da carga tributária, e incentivo da utilização dos pequenos provedores;
- A falta de conhecimento da comunidade impossibilita a utilização dos pequenos provedores;
- Os pequenos provedores poderiam utilizar a estrutura das grandes operadoras para realizar o crescimento das redes através das pequenas operadoras;
- Investir em construção de torres disponibilizadas para as grandes e pequenas operadoras;
- Utilizar recursos da Telebrás para montar estas torres para pequenos provedores;
- Deveria haver obrigações para as grandes operadoras;
- Acessibilidade na rede de pessoas com deficiência;
- Pessoas com deficiência tem dificuldades no acesso ao computador e utilização da rede, pois necessita de softwares/hardwares específicos para poder utilizar plenamente os recursos. No entanto estes softwares são caros e de difícil obtenção;
- Faz-se necessário a criação de uma política pública que democratize o desenvolvimento e distribuição deste tipo de software;
- Este tipo de software deveria ser de distribuição obrigatória, deixando de ser mercado e virar direito;
- Faltou ao evento, que fala de inclusão, objetos básicos de acessibilidade, não há interpretes, material em braile e normas impeditivas como por exemplo, cão guia, placas em braile.

Assuntos onde NÃO houve consenso

- Não houve dissenso.

Assuntos a serem aprofundados

- Políticas públicas de democratização de desenvolvimento e distribuição de *softwares/hardwares* para deficientes.

Participante que submeteu o relatório

- Não foi informado.

Grupo C

Integrantes do Grupo

- Cíntia Araújo
- Adriane Gama
- Neci Tapajós
- Max Leão
- Vandeci Vasconcelos
- Adna Gonçalves
- Malu Viana
- Vilmar Simion
- Alderi Oliveira
- Denise
- Tarcísio
- Marcelo
- Helem Braga
- Carlos Theiss
- Ricardo Fritsh
- Bruno
- Alexandre Mesquita

Assuntos onde houve consenso

- Roda de conversa da trilha de Inclusão Digital
- Continuidade de políticas públicas, muitas vezes só possui um relato bonito, mas na prática não é assim, um exemplo Telecentros.br que morreu no meio do caminho, ninguém mais toca no assunto. Enterraram um programa tão importante como este.
- Falta de Acessibilidade para a juventude, mulheres e a diversidade local. Ausência de jovem via telecentros, falta destaque para a juventude, questões étnicas.
- Precisamos solicitar sistemas que gerem indicadores de uso da Internet que envolvam, classe, idade, gênero, raça. Todos os sistemas que gerem dados para a realização efetivas de pesquisas gerando novas propostas e revisitações sobre etnia, raça e juventude que devem estar mais presente.
- Não basta incluir mas também alfabetizar (letramento digital), pois existem muitos jovens e crianças assediados via Internet. No congresso de 2013 em Búzios, o pleito que fosse feito um estudo para colocar Inclusão digital em conjunto com alfabetização digital. Ofertando qualidade de formação de recursos humanos e ter compromisso com a estrutura física.
- Inclusão digital não é apenas receber computadores, sustentabilidade para dar continuidade ao trabalho, não basta fazer a festa da ação pública, é preciso manter a mesma. Telecentros devem ter a parceria e contrapartidas das três esferas de governos para manter os telecentros... Exemplos como o caso de um telecentro de Belo Horizonte, com 8 meses sem acesso a Internet, e o técnico não pode mexer em nada pois perde a garantia.
- Comunidades e escolas no interior, como acontece geralmente nos interiores da

Amazônia, sem Internet. Opção sob pressão de fazer um servidor com atividades off-lines para escolas que não possuem Internet.

- Reunião em Brasília para definir a OID. Importância do CGI e da Oficina de Inclusão Digital (OID). Que trouxeram dialogo neste ano. A ideia e dialogar com o governo sobre o 5 encontros regionais até o final do ano. Em agosto, uma reunião com o governo para montar a pauta da OID e suas regionais em Brasília com a participação de 2 representantes da sociedade civil.
- Considerar a importância de seguir a legislação sobre a logística reversa de lixo eletrônico.
- Fazer inclusão tecnológica é um direito humano, e quem fica excluído somos nós. Disputas de conteúdo pois existem oportunidades que só serão usadas em tempos.
- Quanto eu valho, para vender meu perfil para o Facebook. Devemos negociar nossos passes, devemos estar dentro dos movimentos, trabalhando dentro das teses de educação, saúde mental, ao invés de ficar em movimentos paralelos. Que possamos mobilizar a partir dessas ações, pois a partir disto saberemos que valores temos para o mercado.
- Dificuldade do projeto ser perene. Colocar hardwares e softwares são de menos, deve-se capacitar as pessoas que atuam nesses espaços sociodigitais. Ter apoio da Prefeitura e parceiros sociais ajudar financeiramente nesses ambientes coletivos digitais.

Assuntos onde NÃO houve consenso

- Programa GESAC, para alguns é um programa fadado ao fracasso mas para a região de rios e campos como na Amazônia é a solução, sem escolha de opção.

Assuntos a serem aprofundados

- Aprofundar sistemas que gerem indicadores de uso de Internet que envolvam classe, idade, gênero e raça.
- Inclusão digital tende a ser uma disputa de conteúdos do que no campo de estrutura. Conhecer o direito do consumidor e o seu valor no mercado digital.

Participante que submeteu o relatório

Não foi informado

Grupo D

Integrantes do Grupo

- Cristiana Gonzales
- Rafel Brito Gomes
- Rafael Mauricio Costa
- Pedro Sampaio
- Mario Brandão
- Nara Christina
- Julia B. da Fonseca

- Monica Paz
- Francisco Solaris
- Mariana Rocha
- Gilmar Mazurkiewicz
- Luiz Perin
- e João Caribé

Assuntos onde houve consenso

- Todos os temas abordados foram consensuados.

Assuntos onde NÃO houve consenso

- Não foi identificado dissenso.

Assuntos a serem aprofundados

Para a inclusão digital:

- Precisamos reforçar a diferença entre acesso e letramento que pode ser desenvolvido pela interatividade, formação de opinião e geração de conhecimento.
- Como o governo conseguiria retomar o incentivo desses espaços de formação sem tornar os beneficiados dependentes dele?
- Entendemos a Inclusão Digital como um projeto em diferentes níveis, tal qual a pirâmide de Maslow, onde temos uma sequência interdependente: Conhecimento técnico mínimo para usar um dispositivo computacional, conexão e acesso, letramento digital, interação e participação, construção do conhecimento e a retroalimentação no processo.

Espaços de formação - Capacitação Hacker:

- *Hacker Clubs* - que considerem o recorte de gênero - que busquem a permanência de seus participantes através do compartilhamento livre de conhecimento e empoderamento de grupos, como por ex, de mulheres.

Porque a formação e o conhecimento devem ser compartilhados e livres?

O que a televisão nos preparou há anos foi para receber e consumir informação, de maneira passiva, sem tomar um papel ativo: o oligopólio das mídias de "comunicação" hoje se confunde com as práticas das gigantes produtoras de conteúdo: como viabilizar o Internet.org uma vez que o Facebook será o *gateway* entre o acesso e o conteúdo?

Quando as gigantes empresas provedoras de conteúdos e serviços se unem ao poderoso oligopólio transnacional de telecomunicações para então, através de uma iniciativa privada, fechar as portas da Internet na íntegra pra deixar só um ou outro site passar, chegar até as pessoas, elas já estão indo contra a neutralidade da rede, contra o que é de interesse público na Internet: que não é de jeito nenhum ser só um receptor, ainda de pequeníssimas partes da Internet, mas de ser também emissor: participar dela, ativamente, interferir, produzir, criar, divulgar ideias. Não há dúvidas sobre isso.

Na Internet, nessa ferramenta social e universal, quantos e quantos sites, e plataformas, existem? Educativas, culturais, de mídia, de música, de política, e cada qual com a sua cara? Muito mais do que sonha o vão empreendedorismo do Facebook/Internet.org. e esse é, inclusive, o entendimento de todos que se manifestaram pelo que é interesse público na consulta pública de regulamentação do Marco Civil da Internet - usuários, sociedade civil e acadêmica: o *zero rating* representa a segregação da Internet, dos cidadãos que nela habitam. Então, a luta aqui, que remete a luta pela inclusão digital sustentável, ou seja: aquela que formará novos cidadãos multimídia, através da interconectividade e interatividade com potencial de contribuir em escala mundial à rede universal de computadores, que fomentará a cultura digital com todos os benefícios de formação e geração de conhecimento que ela traz, é, para impedir, ou, diminuir ao máximo, a quebra da neutralidade da rede.

Aos poucos, práticas como a do Internet.org podem fazer a Internet, ou o que restar dela para uma pequena fração da sociedade, reproduzir uma grande indústria da consciência, desenvolvida pelo poder econômico, que invade todos os outros setores de produção e assume cada vez mais funções de comando e de controle, determinando o padrão da tecnologia dominante. Como é com o oligopólio das mídias de "comunicação".

Portanto, tomar quaisquer medidas que venham na contramão das políticas que estão sendo debatidas e construídas a plenos pulmões por todos os setores interessados - especialmente a sociedade civil, diminui na essência o que se quer através dessa discussão e participação: o alcance de uma Evolução da Governança da Internet que empodere o desenvolvimento sustentável.

Secretaria de Inclusão digital

A importância da revisão e da discussão pública acerca dos programas já implementados para inclusão digital, bem sucedidos ou não. O que nos chamou a atenção foi o secretário constatar, quase seis anos depois, a necessidade de fazer uma ampla pesquisa para identificar as necessidades e demandas para a inclusão digital. Tal estudo fora realizado anos antes para o PNBL e inclusive foram apontadas no estudo do SAE intitulado Brasil 2022 onde temos objetivos claros que apontam a necessidade de uma inclusão digital intensa. São eles: a necessidade de aprofundar políticas públicas de redução da desigualdade, redução da assimetria dos Estados, maior participação da sociedade nos temas do executivo e do legislativo, questões ambientais, e tudo isto baseado em um moderno sistema de comunicações que permita a participação da sociedade no sistema econômico e social.

Em 2010 o cenário era bem promissor para a inclusão digital, como citado no capítulo "Classes Populares do e-book Para Entender as Mídias Sociais, onde mostra que já existiam projetos para serem avaliados:

"O Governo Federal tem atualmente 23 programas de inclusão digital, distribuídos em cinco áreas de atuação específicas que identifiquei como: Monitoramento, Infraestrutura, Fomento de negócios, acesso, Educação e capacitação. Os programas são: ONID como programa de monitoramento; GESAC e o PNBL na infraestrutura; No fomento de

negócios, o CVT, Maré e Programa Estação Digital. No acesso temos o Programa Banda Larga nas Escolas, Casa Brasil, Kits Telecentros, Telecentros.BR, PSID, Projeto Computadores para Inclusão, Quiosque do Cidadão, Telecentros Banco do Brasil, Territórios Digitais, Centros de Inclusão Digital, Computador para Todos. Por fim, na educação e capacitação temos o CDTC, Pontos de Cultura, TIN, UCA, Programa Computador Portátil para Professores e o ProInfo".

Referência bibliográfica:

CARIBÉ, JCR. Para entender as Mídias Sociais, p.179. 2011

Pontos adicionais:

- Mario Brandão chama a atenção para o fato das *Lan Houses* não terem sido citadas em momento algum, sendo os principais protagonistas da inclusão digital em 2010.
- Mariana Rocha pontua a questão de gênero, inclusive na Inclusão digital, e critica o artigo recente do Demi Getschko na Folha de São Paulo falando de forma machista da questão de gênero no mercado de T.I.

6. ANEXOS

6.1. Lista de Participantes

Nome	Instituição	Cidade	Estado
Adneia Rocha	UFBA	Salvador	BA
Adona M.		Salvador	BA
Alexandre Carvalho	Engenharia I.	Salvador	BA
Ana Carolina F.	MCTI	Brasília	DF
Ana Costa Santana	Equinix	Recife	PE
André Gusmão	Fecomércio	Aracaju	SE
Aroldo S. Filho		Salvador	BA
Artur Araújo	Produtora Colaborativa	Belém	PA
Aurélio A. Heckert	COLIVRE	Salvador	BA
Caio César M. F.	UFBA	Salvador	BA
Carlos A. Afonso	CGI.br	Rio De Janeiro	RJ
Cecília M.	Ibametro	Salvador	BA
Cristiane J. F.	IPSEMC	Cabedelo	PB
Eduardo F. Santos	UNB	Brasília	DF
Everton Martins	Resultados Digitais	Florianópolis	SC
Fabiano B.	CNI	Brasília	DF
Felipe Cardoso	Gov	Salvador	BA
Felipe F. de Souza	Várzea Cultural	Manaus	AM
Felipe Lemos S.	MCTI	Brasília	DF
Flávio R. Wagner	CGI.br/ UFRGS	Porto Alegre	RS
Haitam L. Naser	MC	Brasília	DF
Harrison Santos Poggio	UCSAL	Salvador	BA
Isaque Dias	Clicou Partiu	Salvador	BA
John Forman	Fenainfo	Rio De Janeiro	RJ
Joilson Argolo	UNEB	Brasília	DF

José Murilo	MINC	Brasília	DF
Josenildo Reis	UFBA	Salvador	BA
Kimberly de A. Anastácio	UNB	Brasília	DF
Liz Beatriz	Unisinos/UFSC	Porto Alegre/Florianópolis	RS/SC
Marcelo Nunes		Caetité	BA
Márcio Reis	Amazônia Hacker	Belém	PA
Marcos Urupá	Intervezes	Brasília	DF
Marly Santos	UCSAL	Salvador	BA
Ricardo Fritsch	Asl. Org	Porto Alegre	RS
Ricardo Matheus	CGI.br	São Paulo	SP
Tássio Noronha	Clicou Partiu	Salvador	BA
Temistocles Calero	Ruy Barbosa	Salvador	BA
Victoria A. Lago Silva	PUCJr/ estudante	Salvador	BA
Yamazi Sousa C. Filho	Ruy Barbosa	Salvador	BA